



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

MPV 305

00144

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA 06/07/2006	PROPOSIÇÃO MEDIDA PROVISÓRIA Nº 305/2006
AUTOR DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ	Nº PRONTUÁRIO 337
TIPO 1 <input type="checkbox"/> SUPRESSIVA 2 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVA 3 <input type="checkbox"/> MODIFICATIVA 4 <input type="checkbox"/> ADITIVA 9 <input type="checkbox"/> SUBSTITUTIVO GLOBAL	
PÁGINA 01/02	ARTIGO PARÁGRAFO INCISO ALÍNEA

Modifica-se os valores do subsídio dos membros das carreiras jurídicas federais, constantes do Anexo I da Medida Provisória nº 305, de 29 de junho de 2006, da seguinte forma: (a) manutenção dos mesmos valores atuais, com vigência em 1º de julho de 2006, em face do comprometimento orçamentário para o exercício; (b) aplicação, em 1º de janeiro de 2007, 1º de janeiro de 2008, e 1º de junho de 2009, dos valores acordados entre a Advocacia-Geral da União e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, anteriormente à edição Medida Provisória e divulgados às entidades de classe dos membros da Advocacia Pública Federal e da Defensoria Pública União, mediante projeções orçamentárias para os novos exercícios, conforme a tabela abaixo.

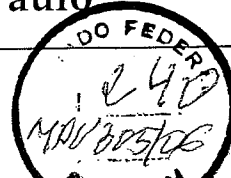
ANEXO I
TABELA DE SUBSÍDIOS PARA AS CARREIRAS DA ÁREA JURÍDICA
(incisos I a V do art. 1º)

CATEGORIA	1º/6/2006	1º/1/2007	1º/1/2008	1º/6/2009
ESPECIAL	11.850,00	16.696,25	19.403,75	22.111,25
PRIMEIRA	10.900,00	15.861,44	18.433,56	21.005,68
SEGUNDA	9.500,00	15.068,36	17.511,88	19.955,40

JUSTIFICAÇÃO

ASSINATURA

Arnaldo Faria de Sá - Deputado Federal - São Paulo



O TEXTO DEVE SER DATILOGRAFADO E APRESENTADO EM 4 VIAS



CONGRESSO NACIONAL

ETIQUETA

APRESENTAÇÃO DE EMENDAS

DATA

06/07/2006

PROPOSIÇÃO

MEDIDA PROVISÓRIA Nº 3 5/2006

AUTOR

DEPUTADO ARNALDO FARIA DE SÁ

Nº PRONTUÁRIO

337

TIPO

1

☐ SUPRESSIVA

2

☐ SUBSTITUTIVA

3

☐ MODIFICATIVA

4

☐ ADITIVA

9

☐ SUBSTITUTIVO GLOBAL

PÁGINA

02/02

ARTIGO

PARÁGRAFO

INCISO

ALÍNEA

TEXTO

JUSTIFICAÇÃO

Os membros da Advocacia Pública Federal e da Defensoria Pública da União, integrantes das chamadas Funções Essenciais à Justiça, ao lado do Ministério Público, atuam em todos os juízos e tribunais, além das consultorias jurídicas da União, suas autarquias e fundações federais. Foram relegados ao esquecimento na política remuneratória do Governo Federal, embora responsáveis por êxitos judiciais traduzidos em mais de 100 bilhões de reais economizados ao Tesouro Nacional nos últimos três anos. A cada concurso público, perdem mais de 40% de seus quadros para outras carreiras que atuam no Judiciário, em nível federal e estadual. Nesse sentido, houve acordo entre a Advocacia-Geral da União e o Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão, anteriormente à edição da Medida Provisória, amplamente conhecido pelas entidades de classe, para a adoção de uma tabela progressiva do subsídio, em quatro anos, que reduzisse a diferença remuneratória entre as chamadas Funções Essenciais à Justiça (Ministério Público, Advocacia Pública e Defensoria Pública). Não obstante, a tabela de subsídio que lhes é oferecida no Anexo I desta MP corresponde, na inicial, a menos da metade do que percebe o Ministério Público da União, sendo inferior à dos cargos da própria Polícia Federal (Anexo II), sem demérito de seus componentes. Representa, portanto, o que de pior se oferece aos que cuidam da representação do Estado Brasileiro e de suas instituições, dos que zelam pelo patrimônio e interesse públicos, assim como dos mais humildes, no caso dos Defensores Públicos. Daí a presente proposta de reajustar a tabela em cumprimento ao acordo acertado previamente no âmbito do Governo Federal, relativamente aos exercícios de 2007, 2008 e 2009, cujas propostas orçamentárias ainda serão objeto de aprovação pelo Congresso Nacional. Cumpre-nos acrescentar que a presente emenda é sugestão da Associação Nacional dos Procuradores Federais - ANPAF

ASSINATURA

Arnaldo Faria de Sá - Deputado Federal - São Paulo

